

QUESTÃO 01

A teoria de Luigi Ferrajoli está estruturada em axiomas, verdadeiros valores ou princípios, garantidores de direitos mínimos do acusado que, segundo o autor, devem nortear tanto o Processo quanto o Direito Penal.

Desta forma, a resposta deveria ser redigida discorrendo, de forma fundamentada e diante dos critérios de valoração constantes da prova, sobre ao menos quatro dos seguintes axiomas: *Nulla poena sine crimine* (Princípio da retributividade ou da consequencialidade da pena em relação ao delito); *Nullum crimen sine lege* (Princípio da legalidade); *Nulla lex (poenalis) sine necessitate* (Princípio da necessidade ou da economia do direito penal); *Nulla necessitas sine injuria* (Princípio da lesividade ou ofensividade do evento); *Nulla injuria sine actione* (Princípio da materialidade ou da exterioridade da ação); *Nulla actio sine culpa* (Princípio da culpabilidade ou da responsabilidade pessoal); *Nulla culpa sine iudicio* (Princípio da jurisdicionalidade); *Nulla iudicium sine accustione* (Princípio acusatório ou da separação ente o juiz e a acusação); *Nulla accusatio sine probatione* (Princípio do ônus da prova ou da verificação); *Nulla probatio sine defensione* (Princípio do contraditório ou da defesa).

QUESTÃO 02

Em primeiro lugar, a questão deveria ter sido redigida abordando, de forma fundamentada, com embasamento legal e jurídico, o caráter procedimental administrativo e inquisitorial do Inquérito Policial e ainda: o não cabimento de empréstimo probatório de um inquérito para processo; a necessária reprodução/repetição dos elementos produzidos na peça informativa no processo; o disposto no artigo 155 do Código de Processo Penal.

QUESTÃO 03

A resposta deveria ser redigida abordando se tratar, de fato, os crimes de perigo abstrato-concreto categoria intermediária entre os crimes de perigo concreto e abstrato e, ao mesmo tempo, evidenciar: que para esta modalidade de crime não basta a mera realização de uma conduta; a não exigência de criação de efetiva ameaça concreta/lesão a algum bem jurídico; a necessária produção de um ambiente de perigo em potencial, ainda que em abstrato, de modo que a atividade descrita no tipo penal crie condições para

afetar os interesses juridicamente relevantes; que tais crimes não exigem uma vítima individual, apesar de o comportamento ter que representar um perigo potencial ao bem jurídico protegido.

QUESTÃO 04

A resposta deveria evidenciar, de forma cabal e incontroversa: a incorreção do inquérito policial; a inexatidão da tipificação dada ao homicídio qualificado; a inaplicabilidade do crime de disparo de arma de fogo em face ao princípio da subsidiariedade; a existência de *aberratio delicti* e a ocorrência do crime de destruição culposa de patrimônio cultural.



PEÇA**CRITÉRIOS DE CORREÇÃO – PEÇA: INFILTRAÇÃO POR AGENTE POLICIAL****IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DA PEÇA**

Representação para operação de infiltração por agente policial em atividade/tarefa de investigação.

ENDEREÇAMENTO

Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de determinada capital brasileira.

PREÂMBULO DA PEÇA

Sigiloso

Autos do Inquérito Policial n.

O Delegado de Polícia Civil que, ao final subscreve, no exercício dos poderes conferidos pelo art. 144, § 4º da Constituição Federal, pelo art. 2º, § 1º da lei 12.830/2013, diante dos fatos investigados no Inquérito Policial em epígrafe, com fundamento no inciso VII, do art. 3º, da Lei 12.850/2013 e no inciso I do art. 53 da Lei n. 11.343/2006, vem à presença de Vossa Excelência representar pela infiltração de agente de Polícia Civil pelo prazo de até 6 (seis) meses, na organização criminosa conhecida como Comando Zona Norte pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

SÍNTESE DOS FATOS

Não deveria criar dado não fornecido na situação problema e não deverá omitir dado relevante exposto.

- Pedido da infiltração, demonstrando a imprescindibilidade da medida e o prazo necessário.
- Pedido da oitiva do MP
- Sigilo da medida

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURÍDICA

Demonstração da necessidade da medida

- Indícios de prática de infração penal cuja pena máxima é superior a quatro anos praticada por organização criminosa;
- Inexistência de outros meios disponíveis visando a constituição de respectivas provas;
- Ter restado demonstrado por meio de interceptação telefônica que as tarefas são definidas verbalmente entre os suspeitos no interior do estabelecimento prisional, bem como que os internos vêm cooptando outros

membros, inclusive não aprisionados para integrar a respectiva facção.

BASE LEGAL

- - Art. 1º, § 1º – Lei 12.850/13
- - Arts. 10, § 2º e 11 – Lei 12.850/13
- - Art. 53, I – Lei 11.343/06

ALCANCE DA TAREFA DOS AGENTES

- Infiltração de agente policial, como se condenado fosse, em Penitenciária Estadual de Segurança Máxima na mesma ala/cela onde Wesley Ferreira, Daniel Inocêncio, Lindomar Praxedes e Ribamar das Neves cumprem pena.
- Com a finalidade de obtenção de novas provas sobre o crime e a estrutura utilizada no tráfico de drogas, bem como descobertas das identidades das pessoas por eles cooptadas e que vem integrando a organização criminosa em comento.

NOMES DOS INVESTIGADOS

- Wesley Ferreira, Daniel Inocêncio, Lindomar Praxedes e Ribamar das Neves

LOCAL DA INFILTRAÇÃO

- Penitenciária Estadual de Segurança Máxima

CLAREZA E OBJETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DA PEÇA

PEÇA

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO – PEÇA: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ACÚSTICOS.

IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DA PEÇA

Representação para captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.

ENDEREÇAMENTO

Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de determinada capital brasileira

PREÂMBULO DA PEÇA

Sigiloso

Autos do Inquérito Policial n.

O Delegado de Polícia Civil que, ao final subscreve, no exercício dos poderes conferidos pelo art. 144, § 4º da Constituição Federal, pelo art. 2º, § 1º da lei 12.830/2013, diante dos fatos investigados no Inquérito Policial em epígrafe, com fundamento no inciso II, do art. 3º, da Lei 12.850/2013, vem à presença de Vossa Excelência representar pela captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

SÍNTESE DOS FATOS

- Não deveria criar dado não fornecido na situação problema e não deverá omitir dado relevante exposto.
- Pedido, demonstrando a imprescindibilidade da medida de captação na Penitenciária Estadual de Segurança Máxima na ala ____, cela ____ bem como o prazo necessário.
- Pedido da oitiva do MP
- Sigilo da medida
- Fundamentação legal e jurídica

DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA MEDIDA

Inexistência de outro meio hábil para que seja possível a propositura da ação penal; Justificada pelo diálogo entre internos que ocupam a mesma cela, que definem as tarefas verbalmente e realizam a cooptação de outros aprisionados e não aprisionados; Abordar a relativização do direito à intimidade dos aprisionados; Demonstrar a efetividade da medida;

BASE LEGAL

- Art. 1º, § 1º – Lei 12.850/13

- Art. 3º, II – Lei 12.850/13

INDICAÇÃO DOS NOMES DOS INVESTIGADOS

- Wesley Ferreira, Daniel Inocêncio, Lindomar Praxedes e Ribamar das Neves

LOCAL DA CAPTAÇÃO

- Penitenciária Estadual de Segurança Máxima

CLAREZA E OBJETIVIDADE NA ELABORAÇÃO DA PEÇA

